

APORTES PARA A HISTÓRIA DAS PESCAS MARINHAS NO NORDESTE DO BRASIL

Contributions to the history of marine fisheries in Northeast Brazil

Melquíades Pinto Paiva¹

RESUMO

Nesta contribuição o autor fornece informações pessoais sobre eventos históricos pertinentes à atuação do vice-almirante Augusto Roque Dias Fernandes na defesa dos interesses nacionais, relativos à exploração dos atuns por frotas japonesas, e à “guerra da lagosta”, em confronto com barcos da marinha francesa, no Nordeste do Brasil.

Palavras-chaves: *eventos históricos, vice-almirante Dias Fernandes, pesca de atuns, “guerra da lagosta”, Nordeste do Brasil.*

ABSTRACT

In this contribution the author provides personal information on historical events about the performance by the rear-admiral Augusto Roque Dias Fernandes in defence of Brazil's national concerns, as related to the tuna resources exploitation by Japanese fleets and the “lobster war” carried out against vessels of the French navy, in Northeast Brazil.

Key words: *historical events, rear-admiral Dias Fernandes, tuna fisheries, “lobster war”, Northeast Brazil.*

¹ Doutor em Ciências pela Universidade de São Paulo e Professor Titular (aposentado) da Universidade Federal do Ceará. Endereço: Rua Baronesa de Poconé, 71/701 - Rio de Janeiro, RJ 22471-270. E-mail: <mappaiva@uol.com.br>

Em consequência do meu envolvimento com os estudos de biologia e pescas marinhas no nordeste do Brasil, a partir do segundo lustro da década de '50 do século próximo passado, comecei a conhecer e me tornar amigo de oficiais da Marinha do Brasil: em escala nacional, com aqueles vinculados à Diretoria de Hidrografia e Navegação, desde o Ano Geofísico Internacional (1958), com destaque para o capitão-de-mar-e-guerra Paulo de Castro Moreira da Silva (1919 – 1983), que chegou ao posto de vice-almirante; e, no âmbito regional, através de ligações com a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), de recente criação, em 1960 dei início a entendimentos com oficiais lotados no comando do 3º Distrito Naval, então sediado na cidade de Recife (PE), com proeminência para o contra-almirante, depois vice-almirante Augusto Roque Dias Fernandes (1905 – 1974). Estas relações de amizade e de trabalho se intensificaram nos anos 1961 – 1976, quando me tornei o diretor-fundador da Estação de Biologia Marinha da Universidade do Ceará – atual Instituto de Ciências do Mar da Universidade Federal do Ceará.

Em Paulo de Castro Moreira da Silva encontrei um oceanógrafo do melhor porte, um intelectual de brilhante expressão e um amigo de fácil acesso, que bem convivia com a comunidade acadêmica dos cientistas marinhos. Ele foi o diretor-fundador do Projeto Cabo Frio (1971) – atual Instituto de Estudos do Mar Almirante Paulo Moreira (Marinha do Brasil).

No meu livro “Instituições de Pesquisas Marinhas do Brasil” (1996), divulguei breve biografia do vice-almirante Paulo de Castro Moreira da Silva (p. 424 – 428), onde saliento aspectos de sua vida marinha e científica, deixando de lado passagens pitorescas de uma convivência fraterna e intelectual, aliás bem comuns no seu modo de proceder. “Durante os anos de suas atividades científicas, produziu volumosa obra oceanográfica, publicada no Brasil e no exterior, da maior expressão para o conhecimento dos mecanismos que regulam processos físicos, químicos e biológicos das águas marinhas, ao longo da costa brasileira. Escreveu, também, dois valiosos livros – O Desafio do Mar (1970) e Usos do Mar (1978) –, ambos do maior interesse para todos aqueles que se dedicam ao estudo das ciências do mar em nosso País, pela visão original dos temas versados” (Paiva, 1996).

Neste trabalho, pretendo destacar fatos por mim testemunhados, que bem evidenciam a postura nacionalista do vice-almirante Augusto Roque Dias Fernandes, esboçando no final pequena biografia deste ilustre brasileiro. É uma homenagem que presto à sua memória, no ano centenário do seu nascimento.

Meu primeiro encontro com este marinheiro ocorreu em 1960, de forma desastrosa. Em companhia de Luís Leite Vasconcelos, um dos diretores da

SUDENE, fui por este apresentado ao comandante do 3º Distrito Naval, em seu gabinete de trabalho, tendo-lhe sido dito ser eu um especialista na área das pescas marinhas – isto no início do expediente da manhã. Para surpresa minha, de forma abrupta e grosseira, ele afirmou não ter tempo a perder comigo, pois o único brasileiro que entendia do assunto era o comandante Paulo Moreira. Sem condições de diálogo e reação, prontamente me retirei, amargando o travo da desconsideração.

Logo depois, voltei à sede do comando do 3º Distrito Naval, com o objetivo de encaminhar ao almirante envelope com separatas de meus primeiros trabalhos científicos e técnicos, indo a seguir cuidar dos afazeres previstos.

Grande espanto me aguardava no hotel em que estava hospedado. Na noite daquele dia, ali encontrei amável convite do almirante Dias Fernandes para com ele almoçar na sede do 3º Distrito Naval, já no dia seguinte, pedindo confirmação de minha aceitação. Sem entender a reviravolta de procedimentos, cheguei ao local na data e hora indicadas.

Desta vez a recepção foi muito educada e cordial. O almirante explicou sua grosseria da véspera por não gostar do dirigente da SUDENE, em cuja companhia me encontrava – a agressão sobrou para mim, jovem e simples professor da Universidade do Ceará! O almirante pediu-me desculpas e que esquecesse o ocorrido, formulando a mim protestos de estima e consideração.

Logo no início de 1961, requisitado pela SUDENE, demorei-me três meses no Recife, desta vez para organizar o setor de pesca da autarquia. Naquele período, tive acesso aos mapas de bordo dos atuneiros japoneses, que operavam com base em portos do nordeste brasileiro, onde deveriam desembarcar suas capturas. Os mapas estavam sob a guarda do 3º Distrito Naval.

No manuseio destes documentos, com o objetivo de conhecer áreas de pesca dos atuneiros japoneses e elaborar cartas de pesca para atuns e afins do Atlântico Tropical (Paiva, 1961a/b), fui localizando falhas nas séries de viagens, que correspondiam àquelas cujas capturas foram desembarcadas em portos estrangeiros – principalmente em Puerto Rico e na Itália. Tais desembarques estavam sendo noticiados na *Commercial Fisheries Review*, editada pelo Serviço de Caça e Pesca dos Estados Unidos da América.

Comprovada a quebra de condições contratuais dos atuneiros e o conseqüente contrabando de capturas, levei o fato ao conhecimento do almirante Dias Fernandes, quando discutimos maneiras de evitar os abusos praticados, lesivos aos interesses nacionais. Então, duas providências foram adotadas: nas autorizações de viagens, dadas pelas Capitânias dos Por-

tos, obrigatoriamente deveriam constar os portos de saída e de chegada – nestes últimos, seriam efetivados os desembarques das capturas; as viagens dos atuneiros passariam a ter observadores militares embarcados, com a função de registrar locais de pesca e capturas diárias, a serem comprovados por ocasião dos desembarques.

Impossibilitados da prática do contrabando de pescado e negando-se a nacionalizar os atuneiros, os japoneses encerraram suas operações no Nordeste do Brasil: elas estavam desvinculadas de interesses nacionais! A atitude pronta e forte do almirante Dias Fernandes comprovou seu proceder de nacionalista, como servidor do povo brasileiro.

Ainda em 1961, uma missão de técnicos franceses se encontrava trabalhando na SUDENE, alguns dos quais eram freqüentemente vistos no porto do Recife. O almirante Dias Fernandes não gostava desta intromissão na área sob sua responsabilidade, tendo procurado evitar o que considerava como espionagem. Para isto, chamou o já citado diretor Luís Leite Vasconcelos, informando-lhe não mais permitir o acesso dos franceses às instalações portuárias do Recife, sob pena de mandar-lhes dar surra, caso persistissem com o procedimento que condenava. Em resposta, lhe foi dito que os franceses gozavam de imunidade diplomática, não podendo passar pelo vexame prometido. De imediato, o almirante afirmou que pediria desculpas, após a concretização da surra. No presente episódio, a suposta espionagem se mostrou evidente em 1962, durante a chamada “guerra da lagosta”, quando barcos-viveiros franceses tentaram operar na plataforma do nordeste brasileiro, desrespeitando jurisdição nacional.

Logo no início de 1962 ocorreu a “guerra da lagosta”, com barcos da marinha francesa dando proteção aos lagosteiros invasores. Houve então eficiente reação da Marinha do Brasil, estabelecendo-se a possibilidade de conflito bélico. No auge do enfrentamento, fui chamado ao Recife, permanecendo em atividade na própria sede do comando do 3º. Distrito Naval. Certo dia, após o almoço, o almirante Dias Fernandes solicitou minha presença em seu gabinete de trabalho, pois iria receber importante visita, contando assim com a minha assistência. O visitante era o próprio consul francês, baseado no Recife.

O almirante recebeu o consul em pé e com braços cruzados. Iniciado o diálogo, o cônsul afirmou o direito da França pescar lagosta ao longo da costa nordestina, por se tratar de espécie que ocorria em ambos os lados do Atlântico; em resposta, o almirante lhe disse não ser isto uma verdade, contando com informação que eu lhe havia proporcionado. Numa segunda tentativa, o cônsul afirmou o direito da França praticar a pesca, por não ser a lagosta recurso da

plataforma continental, pois ela nadava e, portanto, não tinha direto contato com o fundo marinho; o almirante contestou a afirmativa, pois a lagosta andava, conforme eu lhe havia dito. Assim, encerrou-se a discussão “científica”.

Usando o argumento da tradicional amizade entre o Brasil e a França, o consul pediu que o nosso governo aceitasse as operações dos lagosteiros franceses, na plataforma continental nordestina. Aí houve a esperada explosão: o almirante disse não acreditar na amizade de estrangeiros e lembrou que até mesmo brasileiros desrespeitavam o próprio país, dando a seguir uma “banana” para o cônsul, encerrando a tumultuada visita. Alarmante violência, mas eficaz defesa dos interesses do Brasil!

Os fatos narrados foram por mim testemunhados e expressam a verdade dos acontecidos. Agora, resta-me contar um pouco sobre a vida do almirante nacionalista, e prestar tributo à sua memória.

O vice-almirante Augusto Roque Dias Fernandes nasceu em Recife (PE), no dia 16 de agosto de 1905. Era filho de Joaquim Dias Fernandes e Rosa Martins Dias Fernandes. Faleceu em 1º. de dezembro de 1974, no Centro Médico Naval Marcílio Dias, na cidade do Rio de Janeiro (RJ).

Ingressou na Marinha do Brasil em 28 de março de 1924, como praça de aspirante a guarda marinha; chegou ao posto de vice-almirante em 14 de abril de 1962; foi transferido para a reserva em 19 de novembro de 1964. Tinha os cursos de Aperfeiçoamento de Armamento, de Comando da Escola de Guerra Naval e de Estado Maior e Comando da Escola Superior de Guerra.

Ao longo de sua carreira, exerceu vários comandos e direções, destacando-se entre eles: contratorpedeiro Araguaia, 1º. Esquadrão de Contratorpedeiros, comando do 3º. Distrito Naval, Diretoria de Aeronáutica da Marinha, Diretoria de Pessoal da Marinha e Diretoria de Armamento da Marinha. Períodos em que esteve no comando do 3º. Distrito Naval: 23 de abril de 1959 a 20 de março de 1962; 12 de março a 14 de setembro de 1964.

Como capitão-de-guerra ocupou o cargo de adido naval junto à Embaixada do Brasil na Argentina. Foi agraciado com as seguintes medalhas: Grão-Mestre da Ordem do Condor dos Andes (Bolívia), Ordem Nacional do Mérito da República do Paraguai (Grau de Oficial); no Brasil – Medalha de Serviços de Guerra, Medalha Militar de Ouro, Medalha de Bronze da Força Naval do Nordeste, Medalha de Bronze da Força Naval do Sul, Ordem do Mérito Naval e Medalha do Mérito Tamandaré.

Entre os seus escritos, os principais títulos são: “Manual do Marinheiro Artilheiro”, “O alto e médio Paraná e seus afluentes” e “Cartas do médio e baixo Paraguai”.

O vice-almirante Augusto Roque Dias Fernandes foi casado com a senhora Lygia Reisen Dias Fernandes e deixou um casal de filhos.

Agradecimentos – Apresento agradecimentos à capitã-de-fragata Mônica Hartz Oliveira Moitrel, chefe de Departamento de História Marítima e Naval do Serviço de Documentação da Marinha do Brasil, pelas informações recebidas, pertinentes à vida militar do vice-almirante Augusto Roque Dias Fernandes. Igualmente, agradeço ao meu velho amigo almirante-de-esquadra Valdir Bastos Ponte, pelos dados fornecidos sobre a família do homenageado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Paiva, M. P. Sobre a pesca dos atuns e afins nas áreas em exploração no Atlântico Tropical. *Arq. Est. Biol. Mar. Univ. Ceará*, Fortaleza, v.1, n.1, p. 1-20, 1961a.

Paiva, M. P. Cartas de pesca para os atuns e afins do Atlântico Tropical. *Arq. Est. Biol. Mar. Univ. Ceará*, Fortaleza, v.1, n.2, p. 1-110, 1961b.

Paiva, M. P. *Instituições de Pesquisas Marinhas do Brasil*. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, 463 p., Brasília, 1996.